

# Reunião define primeiras medidas.

A economia brasileira em 15 de março começa a ser balizada hoje, em Brasília, em encontro previsto entre o presidente Fernando Collor de Mello e sua principal assessora, cotada para ocupar o Ministério da Economia, Zélia Cardoso de Mello. A reunião pode ser decisiva. Afinal, cabe ao sucessor de Sarney fazer a escolha sobre a intensidade, o prazo e a forma de vencer uma inflação que atingiu 1.764% em 1989 e deverá situar-se acima dos 60% ao mês em fevereiro, às vésperas da posse. Se prevalecerem os pontos de identidade publicamente externados por Collor e Zélia, a opção primordial será pelo combate à inflação, seguida da reforma do Estado e da retomada do desenvolvimento.

"Não se reduz a inflação com afagões", costuma afirmar Zélia, que, além de coordenar o programa econômico de Collor, foi assessora de Dilson Funaro, durante o Plano Cruzado, que malogrhou pela ausência do equilíbrio fiscal-monetário e pelo medo de recessão. "Toda a artilharia vai ser gasta contra o processo inflacionário. E não há tiro gradual", promete Zélia ao final de uma maratona de reuniões com o grupo de seis economistas.

Zélia não gosta de feijão com arroz, o tempero que Maílson prometeu após o Plano Verão e que, como os outros, furou porque o governo não fez sua parte — cortar o déficit público. Por isso, a primeira meta — quantitativa — é conseguir uma economia fiscal de 5,5% do PIB (Produto Interno Bruto) que equivaleria a US\$ 17,6 bilhões. Desse montante, 2/3 seriam obtidos com cortes de despesas, privatizações e enxugamento da máquina administrativa, e 1/3 mediante combate à inflação. A assessora acredita não haver espaço para um aumento de impostos, já que esses impostos acabam repassados pelas empresas aos consumidores, gerando mais inflação. A saída é, na sua opinião, ampliar a base de contribuintes e, assim, obter o dinheiro que falta para eliminar o déficit.

Na versão da assessoria de Zélia, a eventual ministra privilegia a cartilha ortodoxa no curto prazo aproximando-se, nas políticas de longo prazo, dos heterodoxos, com vistas a reformar a estrutura do Estado brasileiro. A ortodoxia, no caso, equivale a começar fazendo um enorme pacote fiscal, seguir controlando a política monetária e abrindo espaço para a incorporação à sua equipe de um economista como Daniel Dantas, da FGV-Rio e presidente do Banco Icatu, que só ascenderia à presidência do Banco Central, como se especula, se lhe dessem condições de reabilitar o controle da moeda. Hoje, isto é impossível, porque grande parte do déficit da União tem que ser financiado com emissão monetária, tornando o Banco Central uma peça sem qualquer independência — exatamente ao contrário dos países desenvolvidos, em que o BC é o guardião da moeda, não paga as contas do Tesouro sem que a sociedade saiba e aprove.

O programa a ser apresentado a Collor conterá elementos — que não podem ser desvendados previamente, sob pena de perder qualquer eficácia — classificados sob o título de **política de rendas**. Políticas para os preços, os salários, o câmbio e os juros entram na política de rendas. Mas já se sabe que a simples menção a um congelamento já associa o projeto **collorido**, ainda em gestação, ao risco de implosão. "Seria um suicídio. Outros choques semelhantes foram adotados e não deram certo", observa Zélia.

Toda a sorte de especulações sobre a natureza do programa econômico têm sido nos últimos dias. Está claro que uma parcela das medidas sobre as quais se especula virá. Mas combinar, num mesmo pacote, "um tarifaço, um congelamento, uma máxi e um aumento de IPI", seria demonstração de loucura, segundo um assessor de Zélia, "Não há — observou-lhe a economista — economia que agüente, nem a de um país desenvolvido, como os Estados Unidos." **Fábio Pahim Jr.**